

CONSIDERAÇÕES SOBRE O GRUPO ESCOLAR GOMES CARDIM NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NO ESPÍRITO SANTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

*Sebastião Pimentel Franco**

*Elezeare Lima de Assis***

Resumo: Este texto busca tecer considerações sobre o Grupo Escolar Gomes Cardim inaugurado na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo em 1908 e sua inserção no projeto reformista educacional exercitado no Espírito Santo da Primeira República. Tomamos como base o levantamento de dados efetuados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, na Biblioteca pública Estadual do Espírito Santo, na Biblioteca da Assembleia Estadual do Espírito Santo e na Biblioteca Nacional.

Palavras-chave: Educação; Escola; Grupo escolar.

Abstract: This text search to make considerations about the Grupo Escolar Gomes Cardim, inaugurated in Vitória city, capital of the Espírito Santo, in 1908, and his insertion in the educational reformist project exercised in Espírito Santo of the First Republic. We took such base the lifting of data accomplished at *Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*, in State Public Library of Espírito Santo, at Library of *Assembleia Estadual do Espírito Santo* and at National Library.

Keywords: Education; School; Scholar group.

O modelo educacional republicano para a instrução pública escolarizada

A modalidade de ensino primário em formato de escola graduada/grupo escolar surgiu na Europa seguindo um movimento de modernização educacional que “[...] conferia identidade própria para a escola, bem como, conferia as cidades que abrigavam essa nova instituição um ar de modernidade que se refletia na construção de edifícios” (LIMA, 2010, p. 3).

No Brasil, a educação popular, pensada enquanto pública, gratuita, laica e destinada a um segmento específico da sociedade, ganhou ênfase na discussão dos republicanos sendo idealizada como instrumento de fortalecimento do regime inaugurado em 1889. Incluída entre as atribuições do Estado, a educação primária, mais do que outro nível de ensino, passa a ser pensada como educação popular e ganha formato de escolas graduadas dentro do modelo de grupo escolar, modalidade de escola primária implantada pelos educadores paulistas no final do século XIX.¹

* Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo.

** Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo.

¹ SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

No Estado do Espírito Santo o primeiro grupo escolar foi inaugurado na cidade de Vitória em 1908 no bojo de um projeto reformista modernizante encaminhado pelo governo de Jerônimo de Souza Monteiro (1908 - 1912).

Como determinava o decreto de n. 166, de setembro de 1908 foi criado o grupo escolar estando

[...]destinado a educar e instruir crianças de ambos os sexos, subordinado ao regulamento da escola modelo e ao programa mandado observar pelo decreto n. 118, de 11 de julho deste anno.” [...] haverá oito classes de alunos, sendo quatro de classes para a secção masculina e quatro para a feminina (ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 5).

O decreto acima se insere nas determinações ordenadas pela reforma educativa idealizada pelo educador paulista Carlos Alberto Gomes Cardim², que, convidado pelo governador Jerônimo Monteiro, trouxe para o estado a experiência paulista de institucionalização da educação primária tendo ocupado entre junho de 1908 e julho de 1909 o cargo de Inspetor Geral do Ensino². Cardim, segundo Regina Helena Silva Simões e Maria Alayde Alcantara Salim “[...] integrava a geração dos “normalistas republicanos” formada no contexto da Reforma Educacional promovida no Estado de São Paulo logo após a proclamação da República” (2009, p. 182).

O Contexto de criação do novo modelo educativa escolar no Espírito Santo da Primeira República

O grupo escolar, da capital recebeu o nome do reformador Gomes Cardim e iniciou suas atividades no dia 14 de setembro de 1908, funcionando em sala anexa a escola modelo e, portanto no mesmo prédio da Escola Normal. Para adequar o funcionamento da nova instituição as aulas começavam e terminavam em horário diferenciado, os alunos do grupo estudavam das oito às doze horas.

Segundo relatório da Inspeção de Ensino a escola iniciou seus trabalhos com um reduzido número de matrículas, o que pode ser explicado pelo período do ano em que encetou suas atividades, a dois meses de findar o ano letivo e, segundo relatório da Inspeção Geral do Ensino ao governador do Estado a baixa procura por matrícula no grupo escolar devia-se “[...] a impropriedade da hora de aula e a proximidade da escola modelo” (ESPÍRITO SANTO, 1909, p. 10).

Mesmo entendendo a criação e a inauguração desta instituição educativa como parte de um programa reformista, com vista a apresentar resultados pontuais e imediatos, é importante observar a precariedade que margeou o processo de instauração do grupo escolar no estado do Espírito Santo. Considerando que a instituição foi idealizada como símbolo da modernidade educativa proposta pela ordem republicana e elevada, em vários estados, a

² Educador licenciado pelo governo de São Paulo, assumiu no Espírito Santo a Inspeção de Instrução Pública entre 1908 e 1909. Foi um dos fundadores da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo.

condição de instrumento de visibilidade e concretização das inovações republicanas o que se observa ao pesquisar o grupo escolar no Espírito Santo é que, como parte do ordenamento reformista do governo de Jerônimo Monteiro, esta instituição foi gestada dentro de um movimento marcado por uma política imediatista e superficial.

A precariedade apresentada com a inauguração da instituição escolar a dois meses do término do ano escolar, a precariedade apresentada na ocupação do espaço improvisado e inadequado, assim como a falta informações estatísticas sobre a situação real da população infantil em idade escolar localizada na cidade de Vitória, indiciam um contexto reformista marcado pelo imediatismo e pela falta de planejamento.

O programa escolar a ser cumprido no Grupo escolar era o determinado pelo decreto n 118, de 11 de julho de 1908 sendo o mesmo cumprido na escola modelo Jerônimo Monteiro que funcionava anexa a Escola Normal. O programa estabelecia a divisão das áreas de conhecimento apresentando os conteúdos a ser ministrado nas quatro séries do curso primário, enfatizava o ensino da linguagem oral e escrita em todas as séries do ensino primário, além do ensino de Geografia; Música; Desenho; Trabalhos Manuais, diferenciando as atividades femininas das masculinas; Aritmética; História do Brasil a partir do segundo ano; Geometria; Instrução Cívica e Moral. Estabelecia ainda a Cartilha Arnold, o Primeiro Livro de Leitura de João Kopker e o Segundo Livro de Thomaz Galhardo como instrumentos norteadores do ensino nestas instituições. No grupo escolar cada “[...] professor terá a regencia de uma classe em que leccionará todas as matérias do programa. Os vencimentos dos professores e professoras do grupo escolar eram os mesmos dos profissionais atuando na Escola Modelo (ESPIRITO SANTO, 1911, p. 245).

O decreto de n 230, de 2 de fevereiro de 1909, que regulamenta a lei n.545 estabelecia que além do programa, também o regulamento determinado para a escola Modelo, deveria ser observado pelo grupo escolar, e pelas escolas reunidas. As determinações de lei estabelecem forte vínculo entre o universo escolar e as ordenações governamentais. Por estas determinações o Estado apresenta suas idealizações e determinações para a educação primária em escolas graduadas no modelo de grupo escolar e propõem forte controle e vigilância do local e das pessoas que vivenciam este espaço educativo. A organização interna do grupo escolar foi delegada a figura do diretor da instituição, que deveria ser indicado pelo governador do Estado e segundo o artigo 41 do capítulo XII do decreto 230 de 2 de fevereiro de 1909, a escolha deveria “[...] rechair em professor diplomado pela escola Normal do Estado e só, em falta deste será nomeado professor habilitado por concurso.” (Espírito Santo, 1909, p.4). Hierarquicamente o diretor do grupo escolar estava subordinado aos inspetores de ensino e aos diretores literários, responsáveis pela fiscalização do ensino, estes respondiam ao Inspetor geral de ensino, vinculado diretamente ao governador do Estado.

As funções do diretor do Grupo escolar estavam estabelecidas na lei n. 545 de 16 de novembro de 1908. Dentre as atribuições, ali determinadas, estavam a de promover as matrículas que deveram estar registradas em livros específicos e padronizados, assim como, conceder aos alunos diplomados os certificados impressos e fornecidos pelo governo do Estado. A lei acima referida detalha em seu capítulo XII de forma minuciosa o ordenamento das ações dos diretores do grupo escolar

Os ordenamentos expressos nos documentos analisados, que detalham minuciosamente os deveres dos alunos e professores e diretor, que especificam e hierarquizam as funções dentro da instituição escolar e que regulamentam a relação entre o mundo escolar e os poderes públicos poucas referências fazem as obrigações do Estado para com o espaço público. No decreto 545, de 16 de novembro de 1909, a única referência aos deveres do Estado para com as instituições educativas está localizada no capítulo II e versa sobre os materiais escolares, estabelecendo que:

A mobília escolar para as escolas do Estado será fornecida pelo governo do Estado, por indicação do inspetor geral [...] Os livros e os demais utensílios escolares destinados ao ensino preliminar serão aprovados pelo governo do Estado, por escolha e indicação do inspetor geral (ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 5).

Há que se considerar que as noções de função e dever dos governos enquanto ordenadores da República estavam em processo de construção. Fundamentalmente, na fase da Primeira República, o voto de Cabresto, o coronelismo, a política dos governadores atrelavam os poderes do Estado a uma política de favores que tendia a tornar nebulosa a concepção de cidadania José Murilo de Carvalho analisando a questão nos apontando que:

Pode-se concluir, então, que até 1930 não havia povo organizado politicamente nem sentimento nacional, inclusive nos grandes acontecimentos, era limitada a pequenos grupos. A participação na política nacional, [...] era limitada a pequenos grupos. A grande maioria do povo tinha com o governo uma relação de distância, de suspeita, quando não aberto antagonismo. O povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império, seja na República. O Brasil era ainda para ele uma realidade abstrata. Aos grandes acontecimentos políticos nacionais, ele assistia não como bestializado, mas como curioso, desconfiado, temeroso, talvez um tanto divertido (2008, p.83)

Ordenados enquanto favores, os deveres do Estado eram muitas vezes cobrados pelas elites locais e quase sempre para atender as suas demandas. Se avaliarmos a organização dos movimentos sociais, ocorridos durante a Primeira República em poucas regiões e em pequenos períodos ocorreram manifestações da população cobrando direitos devidos pelo Estado.³

No estado do Espírito Santo, no tocante a questão educacional institucional, os documentos indicam que a demanda da população por serviços públicos são, em sua maioria, produzidos em comunidades rurais, fundamentalmente, nas comunidades de descendentes de imigrantes europeus.

No Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, é possível encontrar nos documentos intitulados “Fundo da Educação” vários requerimentos e abaixo assinados enviados por representantes de comunidades aos poderes públicos, quase sempre requerendo autorização para o funcionamento de escolas e/ou solicitando materiais para escolas já existentes.

³ Movimentos sociais que denunciavam a opressão e o desinteresse dos governos republicanos para com a população. São movimentos urbanos como as revoltas da Vacina (1904) e da Chibata (1909): as greves operárias de 1909. São também os movimentos ocorridos em regiões rurais como o Cangaço e os movimentos messiânicos de Juazeiro do Norte, Canudos e Contestado.

Entretanto, é basicamente na documentação produzida pelas lideranças /autoridades políticas que se encontram as críticas lamuriosas acerca da situação da Instrução pública do Estado e a demanda por modificações.

O grupo escolar da capital do Espírito Santo pode ser entendido dentro da lógica gestada na ordenação do Estado que precisava mostrar-se inserido no contexto das inovações modernizantes demandadas pelos grandes centros urbanos da federação. Estados que haviam construído economias gestadoras de grandes centros urbanos. Um aglomerado de pessoas que demandavam uma maior qualificação dos serviços prestados pelos poderes públicos, onde se inclui a necessidade da criação de um sistema de instrução pública primário eficaz e barateado. Estados cujas possibilidades orçamentárias permitiam maior investimento nos negócios da instrução pública.

Especificidade desta modalidade de ensino no Espírito Santo da Primeira República

Diferindo de outros estados, no Espírito Santo a ordenação do sistema educacional primário não partiu de uma consistente demanda social e ou econômica e não promoveu mudanças estruturais. Durante os anos iniciais da Primeira República dois grupos escolares foram implantados no Estado, um em Vitória, o Gomes Cardim e o outro em Cachoeiro do Itapemirim, o Bernardino Monteiro⁴. As escolas isoladas, herança do passado imperial, localizado pelo ideário republicano como ultrapassado e obsoleto, continuaram a promover a parcimoniosa educação popular em todas as regiões do Estado.

Não podemos, entretanto, desconsiderar que a representação social republicana para a escola primária, no estado, produziu um exercício de centralização das ordenações educativas e de ampliação na oferta de matrícula, aumentando o número de escolas em vários municípios do Estado. Entretanto, esta oferta é promovida fundamentalmente pelas escolas isoladas o que visibiliza o continuísmo que marcou o modelo de educação primária no Estado durante os anos iniciais da República. O modelo de escola que ampliou a rede escolar pública descompromissou o Estado da gerência econômica das instituições educativas espalhadas pelos municípios.

O grupo escolar Gomes Cardim: o início de sua concretização

O grupo escolar, diferente das escolas isoladas, era uma inovação dos governos republicanos, legislado e financiado pelos poderes públicos estaduais e municipais, a nova modalidade de escola pública primária foi idealizada e concretizada como um dos instrumentos de legitimidade dos ideários republicanos. No estado do Espírito Santo o grupo da capital não ganhou a opulência que caracterizou este modelo de escola em outras regiões

⁴ O recenseamento escolar de 1925, utilizado como referência no relatório de Atílio Vivacqua ao governo Aristeu Borges de Aguiar, informa que o curso primário no Estado estava a cargo de 8 escolas modelos; 27 grupos escolares; 6 escolas complementares; 18 escolas reunidas e 131 escolas isoladas.

do país. Foi inaugurado sem sede própria, às vésperas de conclusão do ano letivo e sem o número de matrícula estabelecido, por lei, para o funcionamento da instituição⁵.

Em 25 de setembro de 1909, a cidade de Vitória recebe dos Poderes Públicos a primeira sede própria para o funcionamento do Grupo Escolar Gomes Cardim, localizado na Rua Pereira Pinto nº 18. Um prédio reformado pelo Estado, localizado em uma rua de comércio, distante do centro político e da elite urbana. Fontes icnográficas encontradas no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo revelam uma construção bem mais simples que os prédios públicos destinados à educação secundária. O prédio destinado à educação primária separava-se do centro político e residencial, localizado na cidade alta, pela região de comércio.

A nova instituição escolar foi apresentada a sociedade em grande estilo no mesmo dia da inauguração do reservatório de água e da iluminação elétrica para a capital. Contou com presença de figuras importantes da política e da intelectualidade capixaba dando, com isso, indicativos da movimentação que tal evento produziu na cidade, o fato foi noticiado em jornais locais, com publicação do vasto programa de inauguração do novo espaço educativo, incluindo o ato de assinatura da ata de inauguração. O Jornal Diário da manhã assim se manifestou sobre o evento:

Revestiu-se de grande solenidade a cerimônia da inauguração do Grupo escolar Gomes Cardin. [...] Na ocasião em que ali chegamos já era considerável o numero de exmas senhoras e cavalheiros que visitavam todas as instalações do edifício cuja ornamentação era de esplendido efeito. A 1 hora da tarde chegava ao instituto de ensino o exmo Sr. Dr. Jerônimo Monteiro, acompanhado do illustre bispo desta diocese d. Fernando Monteiro, [...] senador Bernardino Monteiro, [...] Gomes Cardim, [...]. Recebidos pelo diretor Francisco Loureiro e demais professores do Grupo (DIÁRIO DA MANHÃ, 1908. Vitoria. p. 2).

No discurso de inauguração, o então Presidente do Congresso Paulo de Mello, tece longo elogio à ação administrativa e política do governador Jerônimo Monteiro, numa demonstração de estreita relação entre os Poderes de Estado. Somando-se a esses poderes o religioso, representado pelo bispo D. Fernando Monteiro, irmão do governador. Era a “Oligarquia Monteiro” evidenciando sua atuação na condução dos negócios públicos.

Longe de ser o “monumento” preconizado pelo ideal paulista, o prédio da Rua Pereira Pinto caracterizava a apropriação do ideário educativo reformista republicano possível para a realidade do Estado do Espírito Santo nos anos iniciais da República. O prédio do Grupo Escolar constituía-se de dois pavimentos. No pavimento inferior, funcionava a seção masculina com uma sala para cada turma de no máximo 40 meninos com idade variando entre 7 e 12 anos. No pavimento superior funcionava a ala feminina, também com quatro salas de aula, onde estudavam as meninas com idade entre 7 e 12 anos. Também no pavimento superior, localizava-se uma sala maior, que funcionava como espaço de eventos onde se

⁵ No ano da inauguração do Grupo Escolar Gomes Cardim a escola Modelo terminou o ano escolar com um número reduzido de alunos matriculados em todas as séries. É possível que alunos, antes matriculados na escola Modelo tenham sido transferidos para o grupo escolar Gomes Cardim. Ainda neste ano as escolas isoladas da capital foram suprimidas. Tais fatos reforçam a ideia de que forjou-se um contexto para a reforma educativa implementada por Jerônimo Monteiro.

reuniam os alunos e quando necessário à comunidade escolar e as autoridades locais. Também no pavimento superior, em um compartimento menor, funcionava a sala de espera, uma espécie de recepção da instituição. Esse primeiro espaço destinado ao funcionamento do Grupo Escolar ainda não contava com biblioteca, nem de Museu, como previsto pela estrutura arquitetônica dos grupos escolares espalhados por várias cidades do país.

Assim como nos lugares onde foi implantado, no Estado o modelo de educação proposto pelo Grupo Escolar reafirmou o princípio de igualdade entre os sexos ao propor o mesmo número de salas para a seção feminina e masculina. No entanto, o modelo manteve as amarras sociais determinadas para as mulheres. Para as meninas o ensino determinava uma condução que referenciasse o lugar da mulher na sociedade da época. Assim o programa de ensino aprovado pelo Decreto 118 de julho de 1908 para o Grupo Escolar e para a Escola Modelo, apesar de terminar uma uniformidade nos conteúdos ensinados as seções femininas e masculinas indica uma diferenciação, nos anos finais, ao solicitar professores para a seção masculina e professoras para a feminina, além de discriminar, também para as séries finais, que os trabalhos manuais para as meninas contribuíssem para a formação prática da “dona de casa”, isso é bordar, diferentes tipos de pontos decorativos e a costurar. Não se ensina a lavar, não se ensina a cozinhar, indiciando que a escolarização das meninas do grupo era elitista. Para os meninos modelagem de sólidos geométricos e modelagem de folhas e frutos.

O prédio ocupado pelo grupo escolar Gomes Cardim passou por reforma 1911, segundo informações oficiais para atender à demanda de matrícula. Em 1910 o governo adquiriu por vinte contos de réis um edifício contínuo ao prédio do grupo escolar, este prédio reformado ampliou as dependências da escola que recebeu, neste período, também novas mobílias. Pelas informações documentais, a procura por vagas no Grupo Escolar aumentou o que levou a uma segunda reforma com a ampliação das salas. O que se pode inferir, entretanto, é que o espaço, não atendia as exigências educativas proposta para a educação primária preconizada para ser desenvolvida nos grupos escolares. O tempo e o funcionamento da instituição foram evidenciando a questão. O prédio da Rua Pereira Pinto, principalmente com o crescimento das atividades comerciais no centro baixo da cidade, cada vez menos atendia as necessidades educativas. As reclamações dos educadores eram frequentes e dentre as questões levantadas estavam, segundo o Diretor de Instrução Pública Mirabeau Pimentel estava o fato do [...] Prédio ter sido construído sobre um terreno humido [...] e de que [...] quase todas as suas dependências são escassas de luz. Havendo outro [...] inconveniente: existe uma serralheria perto deste educandário (MIRABEAU, 1922. p. 23).

Em setembro de 1918, a Diretoria do Ensino Público do Estado do Espírito Santo apresenta o estatuto da Caixa Escolar “Ubaldo Ramalhete”, criada pelo artigo 19 do Decreto 2909 de 27 de Abril de 1917 e anexa ao Grupo Escolar Gomes Cardim, tendo como principais objetivos:

Auxiliar os alunos que, por sua pobreza, se acharem privados de frequentarem este Grupo, fornecendo-lhes os recursos indispensáveis; Estimular nos alunos o amor ao estudo, por meio de prêmios distribuídos diariamente, os quais serão trocados por objetos escolares, roupas, calçados etc, por ocasião do encerramento das aulas nos dois períodos de férias. Esses prêmios serão de aplicação e assiduidade; manter uma biblioteca infantil para uso especial dos alunos deste Grupo (Estatuto da Caixa

Escolar “Ubaldo Ramallete” anexa ao Grupo Escolar “Gomes Cardim”, Vitória 1918).

Como anunciado dentre os objetivos da Caixa Escolar estava o de promover a matrícula de crianças pobres na instituição. Porém, considerando os números populacionais e as matrículas ofertadas no Grupo Escolar, conclui-se que esse objetivo não precisou ser posto em prática, uma vez que as crianças mais pobres da cidade não chegavam à escola, especificamente, não chegavam a essa escola. Os jornais de época em suas carteiras sociais fornecem importantes indícios sobre a origem dos alunos e alunas que frequentavam o grupo escolar. A título de ilustração recorro a uma destas notas, apresentada no Diário da Manhã em 10 de julho de 1909 “Está entre nós vindo desta capital, onde frequenta com muita aplicação o 4º ano do grupo escolar Gomes Cardim, a inteligente senhorita Mercedes Balestrero, a qual acha-se enferma” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1909, p. 3). A referida aluna do Grupo Escolar era filha de major do Exército e um influente comerciante na cidade de Viana (ES). Ainda no mesmo jornal, o Diário da Manhã, na seção Carteira Social notícia o aniversário da “[...] inteligente menina Anna Loureiro, querida filha do Sr. Francisco Loureiro, director do grupo escolar Gomes Cardim. A gentil aniversariante é uma das mais devotas redatoras da Escola” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1910, p. 2). A escola órgão do grupo escolar Gomes Cardim era um periódico produzido pelos alunos e alunas do referido colégio e editado nas gráficas utilizados pelo governo do Estado. Nestes periódicos os alunos enalteciam personalidades locais ligadas aos meios políticos e governamentais. Além destes, outras notas indicando a situação social/econômica das famílias que mantinham seus filhos e filhas matriculados no Grupo escolar, não eram os trabalhadores mais necessitados.

Somente em 1926, no governo de Moacir Avidos, foi inaugurado o edifício preparado para executar as atividades educativas propostas para a educação primária idealizada para o grupo escolar. O prédio construído, como outras construções da época, seguiu o estilo eclético e fora projetado pelo arquiteto tcheco-eslovaco Josef Pitlink. O prédio serviu ao Grupo Escolar até 1948, quando esse passa a funcionar anexo à Escola Normal, sendo que em 1958 volta a ganhar prédio próprio localizado no morro da Fonte Grande.

O prédio inaugurado por Moacir Ávidos, projetado para adequar o espaço à educação preconizada pela Reforma Cardim, traz inovações que o antigo espaço do Grupo Escolar não podia prover. Essa nova edificação contava com espaço apropriado para a instalação da Biblioteca, do Museu Escolar e pequeno pátio. Enfim, um espaço concebido e construído como o Templo de civilidade (SOUZA, 1998). As instalações deste prédio estavam adequadas à educação primária preconizada pelo ideário paulista e próximo ao modelo de Grupo Escolar descrito por Luciano Mendes de Faria Filho e Diana Gonçalves Vidal.

Monumentais, os grupos escolares, na sua maioria, eram construídos a partir de plantas-tipo em função do número de alunos, em geral 4, 8 ou 10 classes, em um ou dois pavimentos, com nichos previstos para biblioteca escolar, museu escolar, sala de professores e administração. Edificados simetricamente em torno de um pátio central ofereciam espaços distintos para o ensino de meninos e de meninas. À divisão formal da planta, às vezes, era acrescentado um muro, afastando rigidamente e evitando a comunicação entre os dois lados da escola. Esses prédios tinham entradas laterais diferentes para os sexos. Apesar de padronizados em planta, os edifícios

assumiam características diversas, sendo-lhes alteradas as fachadas (FARIA FILHO; VIDAL, 2000. p. 25).

Considerações Finais

Apesar das expectativas e dos pronunciamentos oficiais, a Reforma Cardim não conduziu no sistema educacional uma modificação estruturante. O Grupo Escolar de Vitória, quando funcionando de forma precária, atendeu a um número bastante reduzido de crianças e quando ganha uma estrutura física adequada, com prédio apropriado à educação preconizada pela reforma, se torna uma escola elitista e dessa forma, excludente.

Longe dos maiores núcleos urbanos, as poucas escolas espalhadas pelos municípios do estado funcionavam de forma ainda mais precária que as escolas da cidade, como denunciavam os diversos requerimentos solicitando materiais escolares e professores e relatórios sobre os prédios escolares. Os documentos pesquisados revelam que a situação real do sistema de instrução pública do Estado, mesmo após a Reforma Cardim, manteve a situação de precariedade que permeou a relação dos poderes públicos da Primeira República com as questões de cunho social. A educação no Estado, assim como no restante do país, esteve durante toda a Primeira República e a ela extrapolou num confronto entre valores “reais” e valores “proclamados”. Pelos valores proclamados, ao deixar o cargo de Inspetor Geral de Ensino, o paulista Gomes Cardim assim se posicionou em relato enviado ao Governador Jerônimo Monteiro:

No Estado, em geral, funcionam com regularidade todas as escolas, que apresentam movimento animador [...] Nos alunos percebe-se grande contentamento e amor à escola, além da boa disposição para os estudos. [...] Já se procedeu a substituição do mobiliário em quase todas as escolas do Estado [...] além de mapas, relógios, livros e mais objetos escolares. Em prédios apropriados, estão fundados e funcionando nesta capital as escolas modelo, nocturnas-reunidas, de gynnastica, marcenaria, modelagem e grupo escolar. No Estado existe actualmente 134 escolas [...] com matrícula de 4.525 alunos e com frequência média de 3.432 (CARDIM, 1909. p. 35).

Pelos valores denunciados, em 1922 o Diretor Geral de Instrução Pública, Mirabeau Pimentel assim se pronunciou:

No nosso estado são em número redizidissimo os prédios escolares verdadeiramente apropriados. Possuímos o edifício onde funciona as Escolas Normal e a Anexa que correspondem de facto as condições educacionais para que foram destinados. Os demais prédios pertencentes ao Estado apresentam defeitos gravíssimos (PIMENTEL, 1922. p. 4)

No governo de Jerônimo Monteiro, pelo decreto de nº 197 ficam extintas todas as Escolas Isoladas de Vitória. “Suprime as escolas isoladas desta capital e dispensa os respectivos professores que não tenham sido aproveitados na nova organização do ensino” (Decreto do Governo do Estado 1902 a 1908.1911: XV). Também os alunos matriculados nas escolas isoladas, foram “aproveitados” nas novas instituições.

Entretanto, apesar das determinações legais para uniformizar o sistema de ensino, unindo as escolas isoladas para que funcionasse como escola reunida, com o objetivo de modernizar o sistema de instrução pública em todas as regiões do estado, o governo continuou criando, por decreto, Escolas Isoladas para municípios do interior. Numa clara discrepância entre a intenção anunciada pelo projeto reformista e as ações encaminhadas pelos Poderes de Estado entre 1908 e a 1909 são criadas por decreto 32 Escolas Isoladas.

A partir de dados sobre o número e sobre o tipo de escola primária que se ordenou no universo educativo do Estado do Espírito Santo da Primeira República entende-se que o sistema primário de instrução pública não se ordenou pelos princípios reformistas de escolas graduadas. O grande número de escolas isoladas funcionando no Estado revelam que o ensino primário continuou fortemente ligado ao tempo e as necessidades das comunidades locais. Contradições de um tempo de transição. Pensada enquanto instrumento na construção de uma almejada unidade nacional, a escola primária pública continuou local e distanciada do ideal republicano de escola do governo. Mesmo que pela legislação se determinasse que o funcionamento das escolas isoladas e das reunidas seguissem os mesmos princípios metodológicos e pedagógicos ordenados para o Grupo Escolar, pouco podia fazer o poder público para cobrar esse funcionamento.

Como indicam os relatórios de governo, a Primeira República termina com um número de 16 grupos escolares funcionando no Espírito Santo, dentre os quais o Grupo Escolar da capital, funcionando em prédio próprio e em localização privilegiada no centro da cidade. A educação produzida pelo Grupo Escolar não concretizou, entretanto, no Espírito Santo, o objetivo de instituir o que Faria Filho e Vidal chamaram de “escola de governo” (2000).

Referências

Documentação primária impressa

ESTADO DO ESPIRITO SANTO (Estado). **Decretos do Presidente do Estado 1902 a 1908**. Vitória: Imprensa Estadual, 1911.

ESPIRITO SANTO (Estado) **Registro de Ofícios do Inspetor Geral**. 1909-1910. Vitória: Inspetoria Geral do Ensino do Estado do Espírito Santo, 1909.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1908-1912: Monteiro) **Mensagem Dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro Presidente do Estado ao Congresso Espírito-Santense na Segunda Sessão da 6ª Legislatura**. Vitória: Papelaria e Typografia Nelson Costa, 1908.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1908-1912: Monteiro) **Mensagem Dirigida pelo Dr. Jerônimo Monteiro Presidente do Estado ao Congresso Do Espírito Santo A Primeira sessão da 7ª Legislatura**. Vitória: Imprensa Estadual, 1910.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1908-1912: Monteiro) **Mensagem Dirigida pelo Dr. Jerônimo Monteiro Presidente do Estado ao Congresso do Espírito Santo na 2ª sessão da 7ª Legislatura**. Vitória: Imprensa Estadual, 1911.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1928-1930: Aguiar) **Mensagem apresentada pelo Dr. Aristeu Borges de Aguiar Presidente do Estado do Espírito Santo na 1º sessão Ordinária da 13ª Legislatura**. Vitória: Imprensa Estadual, 1928.

ESPÍRITO SANTO (Estado) **Relatório apresentado ao Exmo Snr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro Presidente do Estado do Espírito Santo pelo Snr. Inspector Geral de Ensino Carlos Gomes Cardim em 28 de julho de 1909**. Vitória Imprensa Estadual, 1909.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Educação. **Relatório Final apresentado pelo secretário de Educação Atilio Vivacqua**. Vitória: Tipografia Do Diário da Manhã, 1924.

Leis e Decretos

ESPÍRITO SANTO (Estado) Lei 45 de 05-10-1891 publicada na mesma data. Reforma a Instrução Pública em geral, dividindo o ensino em elementar, suplementar, complementar e secundário e cria a ensino profissional.

ESPÍRITO SANTO (Estado) Lei 545 de 16/11/1908 publicada na mesma data. Dá uma nova organização à Instrução Pública Primária e Secundária.

ESPÍRITO SANTO (Estado) Lei 1693 de 29-12-1928 publicada na mesma data. Dispõe sobre a instrução Pública do Estado e dá outras providencias.

Periódicos

Diário da Manhã ano de 1905 a 1927.

O Estado do Espírito Santo ano de 1890.

Obras de apoio

BARRETO, Sônia Maria da Costa. **Políticas educacionais no estado do Espírito Santo 1900-1930: um olhar histórico**. Vitória: Adufes. 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O Longo Caminho**. 11ª Ed.. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira. 2008.

_____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. **A Escola a República e outros ensaios**. Bragança Paulista; Edusf, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In. FARIAS FILHO, Luciano Mendes de; Lopes, Eliana Marta Teixeira; Veiga, Cynthia Greive (Org). **500 anos de educação no Brasil**, Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 225-251.

NAGLE, Jorge. **Educação na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

REZENDE Sezefredo Garcia. **Memória (1897-1978)** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo/Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1981.

SALIM, Maria Alayde Alcântara. **Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mudo dos sujeitos as práticas de leituras desenvolvidas em escolas capixabas na Primeira República**. 2009. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

SCHELBAUER, Analete Regina. **Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil**, Maringá: Eduem, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e o processo educativo (1920-1930): In: FARIAS FILHO, Luciano Mendes de; Eliana Marta Teixeira; Veiga, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica 2000, p. 497-517.